

Data: Wed, 28 Oct 2020 09:12:42 -0300 [10:12:42 BRST]

De: Vip Soluções e Negócios <vipnegociosrs@gmail.com>

Para: Comissão Permanente de Licitações - IFSul <cpl@ifsul.edu.br>

Assunto: Re: Recurso - convite 02/2020 - IFSul

Anexo(s):  2 Recurso Convite 02.2020 IFSUL.pdf 4 MB

 1 sem nome 1 KB

Olá, bom dia.

Segue contrarecurso da empresa Vip Soluções e Negocios Eireli ME.

Por gentileza, confirmar recebimento.

Obrigada,
Daniella

Em seg., 26 de out. de 2020 às 09:16, Comissão Permanente de Licitações - IFSul <cpl@ifsul.edu.br> escreveu:

Bom dia,

Prezados.

Encaminho ofício circular nº 09/2020, com anexo do recurso interposto.
Abre-se prazo de contrarecurso até 28/10/2020.

Favor acusar o recebimento.

Att,


Simone Jardim.

Coordenadoria de Licitações
Instituto Federal Sul-rio-grandense
Fone: (53)30266126 e 30266127

--

Att.,

VIP Soluções e Negócios
(51) 3933.6553

 1.1 sem nome 0 KB 2 Recurso Convite 02.2020 IFSUL.pdf 4 MB

Ao Instituto Federal Sul-rio-grandense
À Ilustríssima Sra. Presidente da Comissão de Licitações

VIP SOLUÇÕES E NEGÓCIOS EIRELI – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 25.209.895/0001-08, com sede na Rua Servidão dos Flores, nº 175, bairro Jansen, em Gravataí/RS, neste ato representada por seu proprietário Matheus da Silva Vivian Correa, inscrito no CPF nº 028.018.340-25, vem, através desse e-mail, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO, com fulcro no art. 109, I, “a”, da Lei 8.666/93, em face de decisão de inabilitação no Convite nº 02/2020, pelas razões expostas a seguir.

DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS

No dia 15 de outubro de 2020, foi aberta a sessão do Convite nº 02/2020 e, em 20/10/2020, a empresa Vip Soluções e Negócios EIRELI – ME foi declarada habilitada no certame pela Comissão Permanente de Licitação, conforme descrito na Ata de julgamento da habilitação - Convite 02/2020 enviada por e-mail:

“Com relação as observações, realizadas na abertura da licitação e constantes da Ata de abertura no 11/2020, fazemos as seguintes considerações: - quanto a empresa VIP soluções e Negócios EIRELI - ME não ter apresentado no envelope de habilitação: contrato social, balanço patrimonial e certidão negativa de falência; salientamos que, conforme consta no edital, no subitem 7.2, foi verificado o SICAF da licitante no qual constavam os documentos citados.”

No dia 26/10/2020 a empresa CARLOS LANG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA fez a interposição de recurso administrativo solicitando que a Comissão Permanente de Licitações reconsidere a sua decisão e inabilite a empresa Vip Soluções e Negócios EIRELI – ME, sob o argumento de não ter atendido as exigências dos itens 7.6.2, 7.8.1, 7.8.2, 7.8.3



Primeiramente, cumpre destacar quais documentos tais itens se referem, vejamos:

7.6.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

(...)

7.8.1. certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

(...)

7.8.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

(...)

7.8.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

De primeira análise, já é possível verificar que os documentos citados nos subitens 7.6.2, 7.8.1, 7.8.2 e 7.8.3 que trata do contrato social, da certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, do balanço e demonstrações contábeis são documentos contemplados no cadastro do SICAF; cadastro esse que, como bem destacado no instrumento convocatório, trata dos



níveis de habilitação jurídica, regularidade fiscal federal e trabalhista e qualificação econômica-financeira:

7.2. Não ocorrendo inabilitação, será consultado o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, para os licitantes cadastrados, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018. (grifou-se)

Ainda, no subitem 7.5 do Edital do Convite em tela, há observação que somente os fornecedores que não estiverem cadastrados no SICAF deverão apresentar a documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira.

7.5 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar, no envelope nº 1, a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante. (grifou-se)

Compulsando o instrumento convocatório, verifica-se que fora corretamente citada a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3 de 2018, a qual prevê dos artigos 10 a 15 o seguinte:

Habilitação Jurídica

Art. 10. O registro regular no nível “Habilitação Jurídica” supre as exigências do art. 28 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Parágrafo único. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica deverão ser inseridos pelo interessado no Sicafe, observado o disposto no § 1º do art 6º.

Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista

Art. 11. O registro regular no nível “Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista” supre as exigências do art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993, no que tange à regularidade em âmbito federal.

§ 1º A regularidade fiscal e trabalhista será obtida por meio do compartilhamento de informações entre os órgãos responsáveis pela expedição das certidões.



§2º As decisões judiciais deverão ser informadas no Sicaf pelo fornecedor, para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

Regularidade Fiscal Estadual, Distrital e Municipal

Art. 12. O registro regular no nível "Regularidade Fiscal Estadual, Distrital e Municipal" supre as exigências do art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993, no que tange aos âmbitos estadual e municipal.

§1º Os documentos relativos à Regularidade Fiscal Estadual, Distrital e Municipal deverão ser inseridos pelo interessado no Sicaf, conforme disposto no § 1º do art. 6º.

§2º As decisões judiciais deverão ser informadas no Sicaf pelo fornecedor, para fins de comprovação da regularidade fiscal.

Art. 13. A Regularidade Fiscal Estadual, Distrital e Municipal, junto ao Sicaf, do fornecedor considerado isento dos tributos estaduais ou municipais, será comprovada mediante a inserção no sistema da declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Técnica

Art. 14. O registro no módulo Qualificação Técnica supre a exigência do inciso I do art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993.

§1º Os documentos relativos à Qualificação Técnica deverão ser inseridos pelo interessado no Sicaf, conforme disposto no § 1º do art. 6º.

§2º O registro ou inscrição na entidade profissional competente poderá ser dispensada quando não for obrigatório para o exercício da atividade.

Qualificação Econômico-Financeira

Art. 15. O registro regular no nível Qualificação Econômico-financeira supre as exigências dos incisos I e II do art. 31, da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo único. Os documentos relativos à Qualificação Econômico-financeira deverão ser inseridos pelo interessado no Sicaf, observado o disposto no § 1º do art. 6º.

Os referidos mandamentos normativos determinam que o licitante que possui o registro regular no SICAF de cada nível estão de acordo e atendem as exigências da Lei nº 8.666/93.

Na entrega dos envelopes na sessão do Convite nº 02/2020, a empresa Vip Soluções e Negócios possuía cadastro regular no SICAF, que demonstrava que todas



suas certidões negativas de débito, sua habilitação jurídica e seu balanço patrimonial e demonstrações contábeis estavam corretamente inseridos no cadastro e plenamente em validade.

Mesmo assim, estando de acordo com o Edital, com a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3 de 2018 e com a Lei de Licitações, houve o recurso para a solicitação da inabilitação a empresa, indo contra as determinações de do instrumento convocatório.

No tocante ao subitem 7.8.3, verifica-se que se trata de um modo de aferição e não um documento, tanto que há uma fórmula a ser aplicada, cabendo ao órgão aferir os índices com base no documento já anexado no SICAF, ou seja, através do balanço patrimonial da empresa.

Ainda, caso a Comissão não conseguisse aplicar a fórmula, está previsto no Edital, no subitem 7.8.4, outra forma que é a simples conferência do patrimônio líquido constante no balanço:

7.8.4. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

A aferição dos índices ou a verificação do patrimônio líquido é efetivada através de simples consulta ao balanço patrimonial constante no SICAF, o qual contém todas as informações financeiras da empresa. Assim como a Administração efetiva a consulta ao SICAF, ao CEIS, ao CADICON, a consulta aos documentos contemplados no SICAF também é procedimento a ser realizado, como o próprio instrumento convocatório determina.

Ante todo exposto, a decisão da Comissão de Licitação observou corretamente o determinado pelo art. 3º da Lei nº 8.666/93 que assim estabelece:

Art. 3.º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e promoção do desenvolvimento nacional



sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação do instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos. (grifou-se).

Neste sentido, não é demais lembrar que a vinculação dos participantes aos exatos termos estipulados no edital de licitação é princípio fundamental do procedimento licitatório.

Sobre este ponto, cabe transcrever a lição do saudoso Mestre Hely Lopes Meirelles, segundo o qual:

A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41). (Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros Editores, São Paulo, 29ª ed., 2004, p. 268 – grifou-se).

Nesse ínterim, também é a jurisprudência dos Tribunais superiores:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CONSÓRCIO DE EMPRESAS. LEGITIMIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. REGRAS DO EDITAL. INTERPRETAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.

(...)

3. Na salvaguarda do procedimento licitatório, exsurge o princípio da vinculação, previsto no art. 41, da Lei 8.666/90, que tem como escopo vedar à administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sob essa ótica, o princípio da vinculação se traduz na regra de que o instrumento convocatório faz lei entre as partes, devendo ser observados os termos do edital até o encerramento do certame.

(...) Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 458.436/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 02/04/2014 – grifou-se).



A Lei de Licitações determina ainda que:

Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

(...)

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

(...)

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

Francis-Paul Benoit é incisivo ao afirmar que:

Convém que as próprias autoridades administrativas respeitem as regras do jogo. O processo de concorrência dos candidatos não deve ser comédia, mais ou menos representada, antes do início da qual já se sabe quem será o candidato eleito. O perigo da solicitação de propostas é que ele pode ser rebaixado ao nível de uma palhaçada, que sirva para mascarar, sob o pretexto de escolhas imparciais, escolhas às vezes subjetivas.

Por fim, é importante lembrar que o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que:



...o edital, elemento fundamental do procedimento licitatório, é que fixa as condições de realização da licitação, determina o seu objeto, discrimina as garantias e os deveres da ambas as partes. Se o Recorrente, ciente das normas editalícias, não apresentou em época oportuna qualquer impugnação, ao deixar de atendê-las, incorreu no risco e na possibilidade de sua desclassificação, como de fato aconteceu. Recurso desprovido (STJ. 2ª Turma. RMS nº 10847/MA. Registro nº 1999/0038424-5. DJ 18 fev. 2002. p. 00279).

Dessa forma, conclui-se que a empresa Vip Soluções e Negócios EIRELI – ME deve ser declarada habilitada no Convite nº 02/2020, tendo em vista que preenche todos os requisitos legais, sob pena de violação da lei e dos princípios basilares das licitações públicas, bem como, ainda, de possibilidade de impetração de mandado de segurança.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer seja recebido e julgado provido o presente recurso administrativo ao efeito de reconhecer a ilegalidade do recurso hostilizado, como de rigor, a fim de que a recorrente seja julgada habilitada no certame.

Gravataí/RS, 28 de outubro de 2020.



VIP Soluções e Negócios EIRELI - ME
Matheus da Silva Vivian Correa,
CPF nº 028.018.340-25.